

Des-reterritorialização: percursos possíveis do romance afro-brasileiro recente

Paulo C. Thomaz¹

O que importa na realidade é ser “livre para abrir e cerrar” territórios, ter a capacidade – ou a possibilidade de escolha – para entrar e sair dali, passar ou permanecer, de acordo com a vontade ou a necessidade. Isso significa que temos o poder de nos tornar mais ou menos “controlados”, de realizar as articulações ou conexões que aprovemos, dotando assim de significado ou de expressão própria o nosso espaço.

Rogério Haesbaert

Tratar de construir uma leitura crítica de uma obra ficcional que atravessa uma série de intrincados territórios simbólico-culturais e históricos obriga-nos a avançar como um saber aproximativo e sem ambições totalizadoras principalmente no que diz respeito às categorias teóricas. Por uma parte, o romance *Um defeito de cor*, publicado em 2006 por Ana Maria Gonçalves, insere-se num conjunto de obras que vários críticos, adscritos a grupos de pesquisa ou instituições que há décadas estudam o tema, denominam afro-brasileiras, isto é, que versam sobre o pertencimento ao violento processo de mescla étnica, linguística, religiosa e cultural em curso no Brasil desde a vinda, de diferentes regiões da África, dos primeiros escravos. Apesar de não ignorarmos o efeito suavizador e conciliatório que essa categoria pode conter, o que diluiria o sentido político contido, por exemplo, em termos como “literatura negra”, coincidimos com a apreciação do pesquisador Eduardo de Assis Duarte (2009), que assinala seu caráter desestabilizante, bem como sua plasticidade conceitual:

A afrobrasilidade, uma vez aplicada à configuração da literatura que se deseja pertencente à etnicidade afrodescendente, configura-se [...] como perturbador suplemento de sentido ao conceito de literatura brasileira, sobretudo àquele que a coloca como “ramo” da

¹ Doutor em língua e literatura espanhola e hispano-americana e professor da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. E-mail: pthomaz@gmail.com

portuguesa. Além disso, inscreve-se como um operador capacitado a abarcar melhor, por sua amplitude necessariamente compósita, as várias tendências existentes na demarcação discursiva desse campo identitário em sua expressão literária (Duarte, 2009, p. 327).

Por outra parte, não devemos nos deter apenas nas características estéticas ou simbólicas da representação dessa voz feminina escravizada e do processo de conformação de sua subjetividade como uma performance ou jogo de ícones travestidos em uma semiótica ou espetáculo de reconhecimento limpo em que a dialética da colonização que atravessa a configuração da mulher negra não deixe o menor rastro conceitual, literário, cultural ou político-econômico. As assimetrias da morte, do poder, da angústia, da culpa, entre outras, são elementos que desempenham um papel central na figuração ficcional dessa identidade feminina e que não podem ser deixados de lado por uma atitude crítica marcada por posições filosóficas e políticas neutras.

Não foi por acaso que o escritor Luiz Ruffato incluiu em seu discurso de abertura da Feira de Livros de Frankfurt de 2013 uma manifesta referência ao violento processo de constituição da sociedade brasileira, que surpreendeu a muitos espectadores europeus que desconheciam o aspecto crítico de sua obra literária e por isso aguardavam um tom mais harmonizador e festivo de sua fala:

Nascemos sob a égide do genocídio. Dos quatro milhões de índios que existiam em 1500, restam hoje cerca de 900 mil, parte deles vivendo em condições miseráveis em assentamentos de beira de estrada ou até mesmo em favelas nas grandes cidades. Avoca-se sempre, como signo da tolerância nacional, a chamada democracia racial brasileira, mito corrente de que não teria havido dizimação, mas assimilação dos autóctones. Esse eufemismo, no entanto, serve apenas para acobertar um fato indiscutível: se nossa população é mestiça, deve-se ao cruzamento de homens europeus com mulheres indígenas ou africanas – ou seja, a assimilação se deu através do estupro das nativas e negras pelos colonizadores brancos (Ruffato, 2013, s.p.).

A necessidade de não desestimar a vivência de opressão diária na contemporaneidade própria à subjetividade feminina é igualmente assinalada, por exemplo, pela pesquisadora Caren Kaplan (1987), ao considerar as experiências de desterritorialização manifestas em

escritos feministas do ocidente, mais precisamente no ensaio intitulado “*Deterritorializations: the rewriting of home and exile in western feminist discourse*”. Nesse sentido, a autora formula a seguinte pergunta: “Quem se atreve a deixar fluir suas respectivas representações e sistemas de significado, suas políticas de identidade e lares teóricos, quando é, como Kafka observou, com razão, ‘uma questão de vida e morte aqui?’” (Kaplan, 1987, p. 191, tradução nossa).

Antes de desenvolver as teses centrais de seu ensaio, a partir dos textos de Minnie Bruce Pratt, “*Identity: skin blood heart*”, e de Michelle Cliff, *Claiming na identity they taught me to despise*, Kaplan demonstra ainda preocupação com o uso de certas perspectivas epistemológicas baseadas em dualidades e oposições dialéticas que, segundo a autora, seriam insuficientes para prover modelos que explicassem, em sua complexidade, as diferenças do discurso feminista e de suas respectivas posições.

Com o intuito de criar métodos de reflexão e conhecimento deste mundo de diferenças de modo a fazer as conexões necessárias para alterar as relações de poder hegemônicas, Kaplan desaprova uma espécie de “turismo teórico” por parte da crítica do primeiro mundo, em que a margem se converte em umas férias críticas e linguísticas, em uma nova poética do exótico – algo presente muitas vezes em textos críticos que tratam da ficção afro-brasileira recente escrita por mulheres. Em sua apreciação do que denomina de “poética da viagem” de Deleuze e Guattari, ela destaca que o que se perde ou se deixa de lado na formulação de ideias em torno do conceito de desterritorialização dos autores é precisamente o reconhecimento de que a consciência crítica, com seus benefícios e custos, decorre da cotidiana e viva experiência de sujeição e opressão. Nesse sentido, Kaplan afirma ter encontrado “várias discussões mais convincentes sobre desterritorialização e consciência crítica nos últimos escritos de alguns feministas contemporâneos” (Kaplan, 1987, p. 192, tradução nossa).

Diante desse cenário, há que se assinalar ainda a relevância de *Um defeito de cor* no âmbito simbólico-cultural brasileiro,² presente, em razão não apenas da capacidade de interrogar de forma singular uma matéria

² Segundo matéria da jornalista Sylvania Colombo (2014), do jornal *Folha de S. Paulo*, Ana Maria Gonçalves estaria trabalhando na adaptação do romance para uma série de televisão e para um filme. Esse interesse de parte da indústria cultural por temas ligados à cultura afrodescendente revela, de certa forma, o protagonismo que estas questões ganharam no país neste segundo decênio do século XXI.

histórica pretérita – o processo da diáspora negra desde o enfoque de uma voz feminina –, mas, sobretudo, devido à possibilidade de vinculá-la ou fazê-la participar da contemporaneidade de uma maneira inaugural, o que a aproxima da produção recente de autoras afrodescendentes, como as narrativas de Conceição Evaristo ou a poesia de Esmeralda Ribeiro, por exemplo.³ Esse modo de indagar ou deter-se no tempo presente nos avizinha de um conceito do contemporâneo expresso pelo filósofo Giorgio Agamben (2009) nos seguintes termos:

O contemporâneo não é apenas aquele que, percebendo o escuro do presente, nele apreende a resoluta luz; é também aquele que, dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com os outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de “citá-la” segundo uma necessidade que não provém de maneira nenhuma do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual ele não pode responder (Agamben, 2009, p. 72).

Assim, o romance *Um defeito de cor*, ao “citar” e figurar discursivamente de modo “inédito” a história da escravidão negra e colocá-la em relação com outros tempos, formula e negocia um sentido para as culturas mistas e diaspóricas que constituem a sociedade brasileira do presente, com especial atenção à questão de gênero.

Segundo nosso entendimento, essa matéria narrativa transita por esse campo semântico principalmente por meio da representação do processo de des-reterritorialização da personagem protagonista, Kehinde/Luísa, isto é, mediante a conformação ficcional de uma mobilidade caracterizada por um contínuo processo de destruição e, concomitantemente, construção de territórios simbólicos e materiais, carregados de historicidade, o que nos leva ao conceito de multiterritorialidade elaborado pelo geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2011), em diálogo crítico com outros pensadores como Deleuze e Guattari, Henri Lefebvre e Jacques Lévy, entre outros.

Apesar de Haesbaert referir-se mais particularmente à diáspora migratória observada no mundo globalizado de hoje, assinalando os efeitos

³ Nessa perspectiva, Assis Duarte destaca: “Ao conferir ao texto o formato de correspondência materna para o filho ausente, a autora ‘feminiza’ a narrativa e faz da saga de Luísa Mahin um ‘relato de mãe’ com tudo o que isto implica: abre espaço para o trivial cotidiano em meio ao movimento maior dos fatos, mescla história social com história familiar, e dramas individuais com coletivos. Nessa linha, dialoga com *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis e com os textos de Carolina Maria de Jesus, entre outros escritos de autoria afro-brasileira e feminina, ao demarcar o ponto de vista da mulher sobre a diáspora africana no Brasil” (Duarte, 2009, p. 333).

nefastos que os dispositivos políticos e econômicos podem exercer sobre os sujeitos, transportaremos tal aporte crítico a essa figuração ficcional do século XIX.

Multiterritorialidade

Em termos gerais, para Haesbaert (2007), o aspecto imanente da multiterritorialização na vida dos indivíduos e dos diferentes grupos humanos tem sido desestimado pelo que ele denomina “mito” da desterritorialização. Em lugar de uma simplista desterritorialização desenraizadora, e dos pressupostos ideológicos e políticos de cunho eurocêntrico que em muitos casos a sustentam – como destaca Caren Kaplan, por exemplo –, teríamos um permanente processo de reterritorialização, espacialmente descontínuo, sumamente complexo e frequentemente desigual. Além disso, grande parte do que os autores denominam desterritorialização, na verdade, consiste na intensificação da territorialização no sentido de multiterritorialidade, processo concomitante de destruição e construção de territórios que por sua vez mistura modalidades distintas dos mesmos, como territórios-zona, territórios-rede, em escalas variadas e em novas formas de articulação, uma vez entendido território como essa espécie de relação social mediada e moldada em e pela materialidade do espaço. Desse modo, para Haesbaert:

A multiterritorialidade [...] aparece como uma alternativa conceitual dentro de um processo denominado por muitos como “desterritorialização”. Muito mais do que perdendo ou destruindo nossos territórios, ou melhor, nossos processos de territorialização (para enfatizar a ação, a dinâmica), estamos na maior parte das vezes vivenciando a intensificação e complexificação de um processo de (re)territorialização muito mais múltiplo, “multiterritorial” (Haesbaert, 2007, p. 19).

O autor destaca, ainda, que o movimento das massas diaspóricas das últimas décadas pode ser visto como um exemplo do que ele denomina “multiterritorialidade”, sem deixar de advertir que a capacidade ou a possibilidade de definir territorialidades ou de acionar ou não essa multiterritorialidade não se distribui igualmente a todos os indivíduos. Sendo assim, é desde um mover-se como des/apropriação simbólico-cultural e subjugação/dominação política e econômica que pensaremos

os percursos diaspóricos por geografias brasileiras e africanas das personagens da obra.

Des-reterritorialização

Um defeito de cor narra a história de Kehinde, menina negra da etnia/nação jeje nascida em 1810, capturada ainda criança junto à irmã gêmea e à avó na costa do antigo Daomé, atual Benim, e levada ao Brasil para ser vendida como escrava. A narrativa é o relato epistolar da vida de Kehinde, escrito ao filho durante o regresso derradeiro ao Brasil no final do século XIX. O texto sugere ainda que a personagem protagonista pode ser Luísa Mahin, mãe do escritor negro abolicionista Luiz Gama, figuras históricas reverenciadas pelo movimento negro brasileiro.

É importante assinalar a complexidade, na perspectiva da multiterritorialidade, da designação étnica/cultural “jeje”, uma vez que sua constituição se dá externamente, do ponto de vista geográfico e político, a esse grupo humano. Não devemos ignorar que as “nações” africanas eram denominações atribuídas a povos que reuniam emaranhadas e diferentes categorias linguísticas, culturais e políticas. Eram mulheres e homens que foram unificados inicialmente para obedecer aos interesses comerciais dos traficantes de escravos, ainda que isso não significasse que não possuíssem afinidades em diferentes âmbitos. Porém, os vínculos entre si, reais ou imaginados, estavam entre os motivos que fizeram com que acabassem sendo reunidos de modo similar em diferentes países, como no Haiti, em Cuba e no Brasil.

Para o pesquisador J. Lorang Matory (1999), por exemplo, no texto intitulado “Jeje: repensando nações e transnacionalismo”, em que defende a interessante tese de que alguns dos grupos africanos e afro-americanos mais importantes são transatlânticos e transnacionais em sua gênese,⁴ apesar dessas semelhanças manifestas, é necessário, para entender esses coletivos identitários, conferir importância ao vasto comprometimento cultural e institucional da igreja católica e dos donos de escravos para amalgamá-los em “nações”. Com respeito, a título ilustrativo, à atuação da igreja católica – muito significativa para

⁴ Nesse sentido, Matory afirma: “Embora supostamente primordiais, certos grupos étnicos na África não teriam existido senão pelos esforços dos regressados da diáspora. O grupo étnico jeje é um desses casos que estende a duração do fenômeno cultural e politicamente transformador que é atualmente chamado de transnacionalismo” (Matory, 1999, p. 70-71).

entender a subjetividade da protagonista de *Um defeito de cor*, por exemplo –, Matory afirma:

Os projetos de evangelização realizados pela Igreja Católica geraram irmandades que afirmaram essas identidades emergentes e integraram modos ancestrais de celebrar e adorar o divino. Cantos, ou turmas de trabalhadores, também se juntaram na base dessas identidades. E, como muitos sabem, tanto conspirações e rebeliões quanto anticonspirações, frequentemente, seguiam e afirmavam essas novas divisões sociais (Matory, 1999, p. 58-59).

Isso posto, para efeitos deste estudo, destacaremos quatro des-reterritorializações ou deslocamentos geográficos em nosso entender significativos no romance, ainda que tratar de multiterritorialidade do ponto de vista espacial e simbólico da personagem implique antes de tudo, como indicamos anteriormente, pensá-lo também sob as inimagináveis assimetrias de poder e condições de violência extrema que recaem sobre a mulher negra no século XIX.

Savalu – Uidá

A primeira des-reterritorialização que gostaríamos de destacar consiste, logo no início, na mobilidade forçada da protagonista de uma cidade do interior, Savalu, para a litorânea Uidá, em razão do assassinato e violação de sua mãe e irmão por guerreiros do rei Adandozan, que reconhecem em objetos pertencentes à avó signos de um antigo clã adversário. Nessa cena inicial, em que não há margem para qualquer fetichismo de origem, emerge a complexa e conflituosa trama identitária e política do Benim no século XIX, que será retomada quando Kehinde regressa décadas depois à África, e da qual ela ambigualmente participará.

Ouvimos o barulho das galinhas e logo depois o pio triste de um pássaro escondido entre a folhagem da Grande Árvore, e a minha avó disse que aquilo não era bom sinal. Vimos então cinco homens contornando a Grande Sombra e a minha avó disse que eram guerreiros do rei Adandozan, por causa das marcas que tinham nos rostos. Eu falava iorubá e eve, e eles conversavam em um iorubá um pouco diferente do meu, mas entendi que iam levar as galinhas, em nome do rei. A minha avó não se mexeu, não disse que concordava nem que discordava, e eu e a Taiwo

não tiramos os olhos do chão. Os guerreiros já estavam de partida quando um deles se interessou pelo tapete da minha avó e reconheceu alguns símbolos de Dan. Ele tirou o tapete das mãos dela e começou a chamá-la de feiticeira, enquanto outro guerreiro apontava a lança para o desenho da cobra que engole o próprio rabo que havia, mais sugerida do que desenhada, na parede acima da entrada da nossa casa (Gonçalves, 2006, p. 20-21).

Como consequência dessa origem múltipla e fragmentada já por força da violência, essa subjetividade feminina impede o leitor, desde o princípio, de identificá-la apenas como um bloco indiferenciado de valores, alertando-nos, dessa maneira, como assinala Homi Bhabha na obra *O local da cultura*, para os perigos da fixidez e do fetichismo de identidades no interior da calcificação de culturas coloniais (Bhabha, 1998, p. 24). Assim, a narrativa, não obstante aproximar-se dos enrijecidos modos ficcionais do romance de formação, confere relevância às variantes culturais, políticas e históricas que operam sobre a gênese dessa voz feminina, evitando as homogeneizações e essencializações comuns a diferentes âmbitos discursivos, quase sempre vinculados às instâncias de poder, que desejam entender a mulher negra sem as respectivas intersecções de gênero, raça, sexualidade e classe.

Uidá – Itaparica

A segunda des-reterritorialização dá-se entre Uidá, cidade na costa africana, entreposto do comércio de escravos, na qual Kehinde é capturada com a irmã e a avó, e Itaparica, no litoral brasileiro. Escravizada em um engenho de cana-de-açúcar nessa ilha da costa baiana, acentua-se a fratura geográfica e simbólico-cultural da personagem: privada de liberdade e forçada a dissolver ou dissimular os traços de seu pertencimento ao continente africano, Kehinde terá, no horizonte da mais limitada sobrevivência, de des-reterritorializar-se em meio a um sistema de códigos culturais e a uma língua inteiramente alheios aos seus, além de conviver e relacionar-se com as variáveis dos territórios simbólicos de outras zonas da África, estranhos também à sua cultura.

Um elemento nuclear desse deslocamento dá-se no momento em que, antes de sucumbir às condições “holocaustianas” e atroz da viagem, a avó transmite-lhe as tradições do vodum, isto é, permite-lhe elaborar um território mítico fundado em suas origens comunitárias,

algo que, embora não permaneça imutável nem exclusivo, irá acompanhá-la por toda a narrativa e orientará as diferentes perspectivas que a personagem adotará com respeito ao que relata, sobretudo por meio de episódios oníricos. Na seguinte passagem, a personagem descreve esta parte relevante da constituição de sua individualidade:

Algumas horas depois de terem levado a Taiwo, como se estivesse apenas esperando que ela partisse primeiro, a minha avó disse que estava se sentindo fraca e cansada, que perdia a força e a coragem longe dos seus voduns, pois tinha abandonado a terra deles, o lugar em que eles tinham escolhido viver e onde eram poderosos, e eles não tinham como segui-la. Durante dois dias ela me falou sobre os voduns, os nomes que podia dizer, as histórias, a importância de cultuar e respeitar os nossos antepassados. Mas disse que eles, se não quisessem, se não tivessem quem os convidasse e colocasse casa para eles no estrangeiro, não iriam até lá. Então, mesmo que não fosse através dos voduns, disse para eu nunca me esquecer da nossa África, da nossa mãe, de Nana, de Xangô, dos Ibêjis, de Oxum, do poder dos pássaros e das plantas, da obediência e respeito aos mais velhos, dos cultos e agradecimentos (Gonçalves, 2006, p. 60-61).

Assim, os modos políticos e de vida familiar juntamente com as formas culturais e religiosas da comunidade aldeã africana são des-reterritorializados em meio às severas condições de existência das áreas rurais do Brasil escravocrata. Porém, a possibilidade fortuita de Kehinde trabalhar inicialmente na casa grande do engenho, em razão da pouca idade, permite-lhe dar início ao seu letramento, condição que ampliará sua competência, mesmo limitada drasticamente por sua condição de escrava, para determinar territorialidades ou de ativar ou não certa multiterritorialidade em meio às mudanças políticas-sociais que ocorriam com intensidade no Brasil do século XIX.

Itaparica–Salvador–São Luís–Cachoeira–Rio de Janeiro–São Paulo

A terceira des-reterritorialização consiste no trânsito pelo tecido urbano das principais cidades brasileiras da época. Kehinde transfere-se inicialmente para Salvador, onde irá dispor de espaços em que poderá acionar vínculos com instâncias religiosas e estético-culturais afrodescendentes, brasileiras e europeias, uma vez que deixa os rigores

e o isolamento da vida na fazenda em Itaparica para viver num ambiente cultural diversificado e ligeiramente flexível, ainda que sob a iminência diária de ser detida ou até mesmo de perder a vida. Ademais, incorporará valores liberais que impulsionarão seu êxito como comerciante, a fim de conquistar, apesar de precárias e restritas, sua liberdade e a de seus familiares. Contudo, o perfil empreendedor, que exige bons relacionamentos com a ordem senhorial branca, não a impede de participar da frustrada insurreição organizada pelos negros muçulmanos na Bahia na década de 1840, como podemos acompanhar no fragmento a seguir:

Muitos dos nossos caíram feridos pelas balas e foram levados até os estaleiros da Preguiça. Como não podíamos enfrentar os guardas armados e açoitados, o Mussé disse que depois cuidaríamos da libertação do alufá Licutan, e mandou que alguns de nós fossem para o Terreiro de Jesus e outros para o Largo do Teatro, entre os quais me inclui. Nestes dois lugares estavam programados encontros com grupos que partiriam de diversos pontos da cidade, e de fato alguns pretos já estavam por lá, escondidos nos becos e nas ruas vizinhas. Em frente ao teatro encontramos uma pequena patrulha, que rapidamente foi desarmada e posta para correr, sendo que àquela altura eu já estava querendo entrar em combate também, e não apenas fazer parte do grupo (Gonçalves, 2006, p. 526).

Depois de participar dessa sublevação, e de uma estadia em São Luís e em Cachoeira, da qual trataremos mais adiante, Kehinde parte para a capital do império brasileiro em busca do filho, destinatário de seu relato, aparentemente vendido pelo pai português com o propósito de pagar dívidas de jogo. No esforço por encontrá-lo em meio aos mercados de escravos, a personagem passa a conviver novamente com negros e negras provenientes de partes da África que ela ainda desconhecia, sempre atenta aos distintos eixos de segregação e opressão a que estão continuamente submetidos. Em meio a essa nova conformação social, que contém ao mesmo tempo elementos da que havia conhecido na Bahia e no Maranhão, Kehinde entra em contato com os estrangeiros, franceses e portugueses, que habitavam a corte no Rio de Janeiro naquela ocasião. Amplia-se, então, concomitantemente, o contato com a cultura europeia, sobretudo por meio da atividade comercial, sendo que alguns dos valores compartilhados se

sedimentarão e formarão parte de sua identidade em seu retorno à África. Na descrição quase costumbrista que faz de algumas lojas da época, Kehinde permite ao leitor entrever algo do encanto que os objetos vindos da Europa exerciam sobre ela:

A loja dos Desmarais também vendia perfumaria e artigos para o toucador de homens e mulheres, dos mais cheirosos. Passar em frente àquela loja era um presente para o olfato, com suas vidraças cheias de produtos para cabelos, barba e pele, na forma de essências, sabonetes, vidrinhos e lencinhos de cheiro, óleos, pastas, escovas, esponjas, adornos de toucador, apliques e muitas outras coisas. Engraçados e interessantes eram os pentes que se chamavam “trepa-moleques”, ou seja, penteados enormes feitos com cabelos de verdade em torno de pentes maiores ainda, que as mulheres tinham que equilibrar em cima das cabeças, como nós, os pretos, fazíamos com os cestos, as trouxas e os pacotes que carregávamos (Gonçalves, 2006, p. 660).

Assim, essa subjetividade feminina, que se arrisca a romper centralidades e dispositivos de poder, evidencia através de seus relacionamentos e proximidades com diferentes grupos familiares e sociais – e também em sua dimensão íntima e afetiva – a complexidade das des/apropriações simbólico-culturais a que está sujeita. O aspecto principal desse processo é, além do deslocamento contínuo, o inacabamento, a sobreposição, a heterogeneidade que nos faz pensar naquelas configurações sincretizadas que, como Stuart Hall aponta com respeito à identidade caribenha, “requerem a noção derridiana de *différance* – uma diferença que não funciona através de binarismos, fronteiras veladas que não separam finalmente, mas são também *places de passage* e significados que são posicionais e relacionais, sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim” (Hall, 2003, p. 33).

Uma característica da emaranhada arquitetura das diferenças que se formam com os vaivéns da multiterritorialidade de Kehinde é sua viagem ao Maranhão, mais precisamente à capital São Luís, com o intuito de encontrar o terreiro de culto de voduns chamado Casa das Minas, fundado pela rainha Nan Agontimé. Outro elemento importante consiste também em sua ida à cidade de Cachoeira, próximo à Salvador, para completar sua formação no candomblé jeje.⁵ Em ambos os espaços,

⁵ Conferir sobre as religiões de matrizes africanas no Brasil o documentário *Atlântico negro: na rota dos Orixás*, dirigido por Renato Barbieri (1998).

a personagem pode viver uma espécie de regresso simbólico ao território cultural de seus ancestrais africanos, inclusive porque reaprende a falar o eve-fon, língua usada nos cultos e na vida cotidiana dos terreiros. Assim, apesar de desterritorializada em termos geográficos, ela encontra-se territorializada no sentido simbólico-cultural – do mesmo modo, talvez, como funcionam os guetos de imigrantes atualmente –, demonstrando assim o funcionamento multidimensional e multidirecional de sua mobilidade geográfica. A própria personagem comenta nesse sentido:

Somente quando pisei aquele terreno foi que compreendi o que significava estar ali, um lugar tão perto, mas, ao mesmo tempo, tão longe de casa. Até por serem lugares parecidos, eu estava com a sensação de ter andado por uma rua da Bahia e, de repente, ter encontrado um atalho para a África (Gonçalves, 2006, p. 595).

Salvador – Uidá/Lagos

Para encerrar, a última des-reterritorialização consiste no regresso à África, decorrente da precariedade e da ameaça contínua a que estava sujeita como ex-escrava alforriada⁶ no Brasil. Assim, a fim de interromper um profundo sentimento de clandestinidade que a afligia ininterruptamente, Kehinde desloca-se para a África, primeiro para Uidá e, em seguida, para a cidade de Lagos. Nesse regresso, o sucesso de suas atividades econômicas, o tráfico de armas e a construção civil, permite-lhe ocupar um espaço privilegiado, como “estrangeira”, no alto da ordem social Benim. Sobressai ainda o caráter multiterritorial e transnacional de sua individualidade em forma de reivindicação de sua identidade colonial brasileira – assume também o nome de Luísa de Andrade Silva –, ou melhor, das adquiridas combinações mistas e heterogêneas dos valores simbólico-culturais que vivenciou no Brasil. Destacam-se também, apesar dos vínculos com as elites locais, os conflitos com os valores da sociedade clânica africana e a aproximação

⁶ É esta radical vulnerabilidade “geográfica” que nos permite aproximar-nos das teses de Haesbert, pois para o pesquisador “desterritorialização, se é possível utilizar o conceito de maneira coerente, nunca ‘total’ ou desvinculado dos processos de reterritorialização, deve ser aplicado a fenômenos de efetiva instabilidade ou debilidade territorial, principalmente entre os grupos socialmente mais excluídos ou profundamente segregados e, como tais, impossibilitados de fato de construir e exercer um controle efetivo sobre seus territórios tanto no sentido da dominação político-econômica como no da apropriação simbólico-cultural” (Haesbaert, 2011, p. 258, tradução nossa).

ambivalente com a cultura europeia por meio dos filhos, enviados a Paris a fim de completarem os estudos. No parágrafo seguinte, a reterritorialização dos cultos afro-brasileiros em Benim mistura-se claramente às instâncias políticas em um exemplo muito singular dos vaivéns das mesclas culturais:

O mês de janeiro foi corrido, com a olaria começando a funcionar e a Festa do Bonfim tomando grandes proporções. Os retornados mais antigos disseram que já tinham realizado muitas festas, mas nenhuma tão completa e animada como aquela, pois contávamos com a presença de pelo menos duzentos brasileiros. Inclusive alguns de Porto Novo, de Lagos e até de Aguê, que também realizavam suas festas por lá. Além das contribuições arrecadadas entre os que tinham condições, o Isidoro de Souza mandou algum dinheiro, na certa tentando agradar aos brasileiros que tinham alguma influência sobre o rei Guezo, em campanha para ser o novo Chachá (Gonçalves, 2006, p. 832).

Considerações finais

Desse modo, ao assinalar essas des-reterritorializações ou mobilidades geográficas, pretendemos dar relevo ao complexo processo de multiterritorialização presente na conformação ficcional dessa voz feminina, talvez arquetípica da diáspora negra africana. Igualmente, interessa-nos conferir destaque às assimetrias dos dispositivos de poder que impõem a essa subjetividade, por meio da violência, apropriações e destruições identitárias muitas vezes erráticas e arbitrárias, em meio ao que podia ser visto como uma cartografia da opressão. Assim, é dessa maneira que a narrativa de um constante reordenamento da personagem como menina, mulher e mãe evita um olhar essencializante e fetichizante de suas origens africanas, sem deixar de reivindicar essa ancestralidade em sua heterogeneidade, para apontar em direção a centralidades de territórios materiais e simbólicos muito mais múltiplos, com posições e hierarquias que se modificam sem cessar, imprevisíveis e fragmentadas.

Referências

AGAMBEN, Giorgio (2009). *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó: Argos.

BARBIERI, Renato (1998). *Atlântico negro: na rota dos Orixás*. Brasil: Instituto Itaú Cultural/VGP Videographia.

BHABHA, Homi K. (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

COLOMBO, Sylvia (2014). Sete anos de escravidão no Brasil. *Folha de S. Paulo*, 8 mar. Disponível em: <<http://goo.gl/cfcBFI>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

DUARTE, Eduardo de Assis (2009). Na cartografia do romance afro-brasileiro: *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves. In: TORNQUIST, C. S. et al. (Org.). *Leituras da resistência: corpo, violência e poder*. Florianópolis: Mulheres.

GONÇALVES, Ana Maria (2006). *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Record.

HAESBAERT, Rogério (2007). Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, ano 9, n. 17, p. 19-43.

HAESBAERT, Rogério (2011). *El mito de la desterritorialización: del “fin de los territorios” a la multiterritorialidad*. Cidade do México: Siglo XXI.

HALL, Stuart (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

KAPLAN, Caren (1987). Deterritorializations: the rewriting of home and exile in western feminist discourse. *Cultural Critique*, n. 6, Spring, p. 187-198. (The nature and context of minority discourse.)

MATORY, J. Lorang (1999). Jeje: repensando nações e transnacionalismo – Reteorizar a história africana. *Mana*, v. 5, n. 1, p. 57-80.

RUFFATO, Luiz (2013). Discurso de abertura. *Folha de S. Paulo*, 8 out. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/yeCQRE>>. Acesso em: 6 jul. 2014.

Recebido em julho de 2014.

Aprovado em outubro de 2014.

resumo/abstract

Des-reterritorializações: percursos possíveis do romance afro-brasileiro recente

Paulo C. Thomaz

Este estudo consiste em analisar, desde o conceito de multiterritorialidade, elaborado pelo geógrafo Rogério Haesbaert, alguns percursos diaspóricos das personagens do romance afro-brasileiro *Um defeito de cor* (2006), da escritora Ana

Maria Gonçalves. Na narrativa, que se desenvolve na África e no Brasil do século XIX, daremos destaque à protagonista, Kehinde, em sua mobilidade material e simbólica pelos continentes africano e americano. Para Haesbaert, o aspecto imanente da multiterritorialização na vida dos indivíduos e dos diferentes grupos humanos tem sido desestimado pelo “mito” da desterritorialização. Em lugar de uma simplista desterritorialização desenraizadora, teríamos um permanente processo de reterritorialização, espacialmente descontínuo e sumamente complexo. Assim, é desde um mover-se como des-reterritorialização, por um lado, simbólica e cultural, e, por outro, política e econômica, que pensaremos esses percursos diaspóricos das personagens da obra.

Palavras-chave: desterritorialização, narrativa afro-brasileira, diáspora, Ana Maria Gonçalves.

De-reterritorializations: possible routes of recent African Brazilian novel

Paulo C. Thomaz

This study analyzes, through the concept of multiterritoriality, by geographer Roger Haesbaert, the diasporic journeys of the characters of *Um defeito de cor* (2006), an African-Brazilian novel written by Ana Maria Gonçalves. Considering the novel, which takes place in Africa and Brazil in the nineteenth-century, we will focus on the protagonist, Kehinde, in her material and symbolic mobility around African and American continents. To Haesbaert, the immanent aspect of multiterritoriality in individual lives and in different human groups has been depreciated by the “myth” of deterritorialization. Instead of a simplistic uprooting dispossession, there would be a permanent process of, a spatially discontinuous and highly complex repossession. Thus, it is through the action of moving as, on one hand, symbolic and cultural, and, on the other, political and economic dereterritorialization that these diasporic journeys of the characters of the novel are thought.

Keywords: deterritorialization, African-Brazilian novel, diaspora, Ana Maria Gonçalves.